

CIUDAD, CRISIS URBANA Y DESARROLLO SOSTENIBLE

Cidade, crise urbana e desenvolvimento sustentável

City, Urban Crisis and Sustainable Development

*Pedro Augusto Filgueira Albuquerque*¹

Recibido: Octubre, 2014 // Aceptado: Agosto, 2016

RESUMEN

La investigación de las políticas públicas se ha vuelto cada vez más importante por su aplicabilidad práctica y la urgente necesidad de superar las desigualdades. Este estudio sistematiza el debate actual sobre las ciudades, el proceso urbano, la sustentabilidad, y las agendas de gobernanza, desarrollo territorial sostenible.

Palabras clave: Proceso Urbano, políticas públicas, desarrollo sustentable.

ABSTRACT

The research on public policies has become increasingly important because of its practical applicability, and the urgent need to overcome inequalities. This study systematizes the current debate on cities, urban process, sustainability, and the agendas of governance and sustainable territorial development.

Keywords: Urban process, public policies, sustainable development.

INTRODUÇÃO

Entender o que é a cidade, exige de antemão desvendar o processo urbano e as relações sociais que os cercam, sendo necessária uma capacidade interdisciplinar de análise, uma vez que os processos que ocorrem são de diversas fontes, tais como: econômica, política e ambiental.

O conceito de município está ligado estritamente ao espaço territorial politicamente instituído no Brasil, como menor ente da

¹ Magister em Estudos Urbanos y Regionales, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Líneas de investigación: Estudios urbanos, desarrollo sustentable, gobernanza metropolitana. Dirección: Avenida Maria Lacerda Montenegro, 2980, casa 12. Nova Parnamirim, Parnamirim, Brasil. Cep: 59.152-600. Teléfono: 55 84 99967-4977. E-mail: pedroaugustofa@gmail.com.

federação, conforme descrito no Art. 18² da Constituição Federal/1988 e, mais especificamente, no capítulo IV “Dos Municípios” Art. 29.

Sendo assim, pensar as relações urbanas, exige um duplo caminho, o primeiro é a caracterização legal e o outro é a sua formação pelas relações do mercado.

Partindo de seu microcosmo, num processo *bottom up* (da menor escala para a maior) é necessário por um lado, compreender a natureza legal que constitui esses espaços. Mas, para se valer da complexidade real que forma esses espaços vale trabalhar o conceito de cidade e do processo urbano, uma vez que a lógica de formação que se inicia de forma intraurbana perpassa algumas escalas e compreende espaços tais como aglomerações urbanas, microrregiões e, mais especificamente, as regiões metropolitanas.

Pensar a cidade, portanto, não dispensa o caráter legal de formação municipal, mas busca em outras fontes a explicação para o fenômeno que, em certa medida, é histórico e está diretamente ligada a formação econômica e criação do tecido social.

Autores como Harvey (1980); Steinberger (2006); Santos (2006); Campos e Krahl (2006); Lefebvre (2008); Carlos (2011) partem do princípio que a cidade é mais que um espaço neutro, da vivência dos cidadãos ou receptáculo passivo das ações humanas e constitui-se de algo mais denso, uma vez que é capaz de produzir seus próprios *inputs*.

Essa característica torna-se de fundamental importância no momento do desenho das políticas públicas, pois as escalas espaciais possuem dinâmicas próprias, com estrangulamentos e vantagens únicas e específicas. Contudo, segundo Lefebvre (2008) a cidade: “Possuía função de consumo, complementar à produção. Mas a situação mudou: o modo de produção capitalista deve se defender num front muito mais amplo, mais diversificado e mais complexo, a saber: a reprodução das relações de produção [que] não coincide mais com a reprodução dos meios de produção; ela se efetua através da cotidianidade, através dos lazeres e da cultura, através [...] do espaço inteiro” (Lefebvre, 2008: 48).

Se para Lefebvre (2008) o espaço “cidade” tem função diretamente para produção do mercado, recriando uma lógica própria até fora dos

² “A organização político administrativo da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos nos termos desta constituição”. (BRASIL, 2008)

“espaços de trabalho”, Harvey (1980) interpretou a urbanização como o processo em que formas de reprodução do mercado se configuram no espaço, exigindo para sua manutenção e perpetuação (produção expandida) uma espoliação urbana (Kowarick, 1979), logo, um processo que em sua essência gera resultados contraditórios.

A manutenção desse *status quo*, em que a cidade passa constantemente por um processo de urbanização tem como papel principal as forças de mercado que permanecem na contemporaneidade, considerando, também, a evolução das tecnologias, mudança nas relações internacionais e na estrutura organizacional dos governos. Contudo, apesar de todas essas influências a essência de efeitos contraditórios no espaço permanece. Há, portanto, em si tratando do fenômeno urbano, uma percepção constante de crise.

Para Ribeiro (2004), devido à inserção ao modelo produtivista difundido pela globalização, vivemos hoje uma transição histórica, “o grande e constante contingente de pobres, de desempregados, de empregos precários, de moradias em favelas e em cortiços, a exacerbação da violência” (Ribeiro, 2004). Para não falar do desequilíbrio ambiental do espaço urbano, que segundo Jacobi (2002: 44): “os problemas ambientais têm se avolumado a passos agigantados e a sua lenta resolução tem se tornado de conhecimento público pela virulência do impacto – aumento desmesurado de enchentes, dificuldades na gestão dos resíduos sólidos e interferência crescente do despejo inadequado de resíduos sólidos em áreas potencialmente degradáveis em termos ambientais, além dos impactos cada vez maiores da poluição do ar na saúde da população”.

PROCESSO URBANO E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

O processo urbano que tem natureza na forma de reprodução do mercado e nas formas de apropriação do espaço expõe um desafio crescente. Comumente este desafio está relacionado ao tecido social em constante vulnerabilidade (Ribeiro, 2004; Moser, 1998), contudo é importante haver uma noção ambiental concomitante de crise ambiental urbana, que silenciosa, mas constante, se reproduz e permanece em segundo plano nas agendas (Cidade, 2012; Jacobi, 2002).

Há uma relação global-local à noção de crise, uma vez que essa realidade não atinge apenas o Brasil, mas constitui uma situação planetária que “não se consegue orientar os recursos humanos, financeiros, tecnológicos e de informação para o que realmente importa [...] as situações mais críticas de sofrimento” (Dowbor, 2010: 9). Evidenciando uma necessidade de enfrentamento sistêmico das questões: de desigualdade de acesso à renda e aos processos produtivos, à redução das emissões de gases tóxicos a vida humana, da generalização e compartilhamento de processos mais limpos; econômicos em matéria prima e de menor desperdício. Repensar, por fim, o consumo como mola mestra do crescimento (como um fim em si mesmo), conseqüentemente, renda como meio e não fim (Sen, 1993).

Percebe-se que segundo o grupo de estudo “Risco e Oportunidades em Tempos de Mudança” que reúne um grupo interdisciplinar de debate (Ignacy Sachs, Paul Singer, Tânia Bacelar, Márcio Pochmann, Carlos Lopes, Ladislau Dowbor e outros), a situação crescente no sentido de crise multidimensional, com efeitos visíveis somente nos locais, exige não apenas uma reformulação nos meios de produção, de políticas ambientais pontuais, de maiores investimentos em infraestrutura ou de qualquer outra ação isolada, mas exige, de fato, uma ação holística. Baseada no conceito de cooperação, uma vez que os problemas ultrapassam, em escala micro, as fronteiras legais dos municípios, envolve em si uma cidade muito maior, regiões e até países. Contudo, os efeitos dos processos são materializados de fato nas cidades porque lá é o *locus* onde a urgência por mudanças se acumulam.

Observou-se até o momento que a ideia que permeia a formação urbana é baseada, principalmente, nas relações de mercado. Essas por sua vez, constroem e incentivam determinados tipos de relações sociais. A questão, contudo, se torna mais complexa quando as próprias forças de mercado criam contradições espaciais para atender a premissa básica do mercado capitalista, que é em se manter e expandir, gerando em contraposição, conseqüências espaciais como a espoliação urbana para grupos sociais específicos bem como a criação de espaços diferenciados (centro-periferia), logo, a vida numa cidade se constitui em estar transformando o meio ambiente que o cerca e sendo transformado constantemente por ele. A primeira conclusão do principal pensamento econômico “*main stream*” econômico é que: “Maior ‘crescimento’ pode significar sobretudo degradação ambiental e maior desigualdade

[concentração de renda]; inversamente, menor crescimento pode traduzir-se numa estratégia mais favorável em termos de desenvolvimento sustentável” (Murteira, 2010: 91).

O que se configura como a contradição fundamental do capitalismo, crescimento não é sinônimo de desenvolvimento, basta rever os pilares ideológicos atribuídos ao desenvolvimento, ao bem-estar e à efetivação de capacidade e, como demonstrado, sua incompatibilidade com o crescimento econômico *stricto sensu*.

O que se constrói a partir das visões que observam a crise urbana atual é que inicialmente, pode-se entendê-la como um processo de produção e reprodução do espaço, o qual, tem como resultado, efeitos contraditórios, expondo certos grupos sociais, certos países e especialmente as cidades em situações de risco ambiental, social e econômico. O processo é global e atinge múltiplas escalas, principalmente, tratando-se de uma situação de globalização, onde não só os produtos são comercializados, mas também, ideias, valores e subjetividades que permeiam o modo de ser (Floriani, 2011). Porém, as realidades são diversas, os espaços e os laços locais não são iguais, incluindo a história de sua formação e entre outros fatores.

O processo de expansão capitalista por meio da homogeneização, integração, polarização e, por fim, a hegemonia (Brandão, 2012) gera ainda hoje, o que foi descrito por Polanyi (2000) como primeiros efeitos no processo urbano no início da revolução industrial: Desarticulação dos laços sociais que preservavam uma identidade de relação social com o espaço. Há, dessa forma, uma crítica constante sobre as formas econométricas de interpretação da realidade, atribuindo como objetivo final o crescimento, sendo a cidade, o local propício dessa ação.

Segundo Penteadó (2011), os modelos e as fórmulas para compreensão das forças de mercado estiveram sempre ligadas à mecânica clássica, o que lhe atribuiu princípios como linearidade, infinitude de recursos e crescimento indeterminado. Mas, por não considerar a capacidade de resiliência dos ecossistemas naturais, a modelagem econométrica se torna muitas vezes inconsistente com a realidade ambiental.

A relação multi escalar no sentido de uma crise urbana é algo que ficou evidente para alguns autores, onde, por mais que sejam gerados globalmente, seus efeitos e consequências negativas são sentidos especificamente no local (Floriani, 2011; Dowbor, 2010; Sachs, 2010;

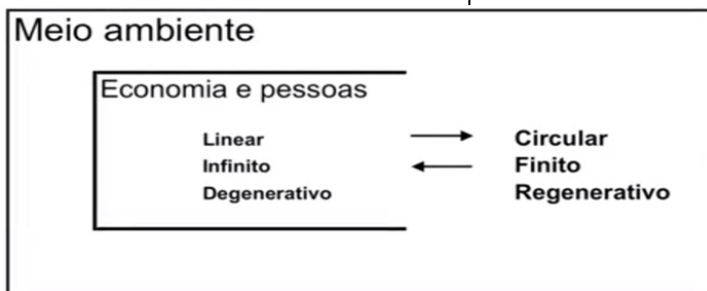
Harvey, 2005; Ribeiro, 2004; Jacobi, 2002). Desde questões socialmente visíveis, como a grande distorção na distribuição de renda, na desigualdade espacial dos benefícios e dos ônus fiscais, até seus efeitos perversos ao meio ambiente como a contaminação em suas diversas formas, a falta de saneamento (em áreas específicas, como as periferias vulneráveis das metrópoles), os deslizamentos de terra (desde pelas chuvas, como pelos gases gerados por resíduos soterrados), além do despejo irregular dos resíduos sólidos urbanos.

Sendo assim, Romeiro (2013) resume, de forma geral, os fatores econômicos geradores da crise em dois grandes grupos: fatores exógenos e fatores endógenos. Os fatores exógenos são basicamente pautados na teoria do “novo imperialismo” (Harvey, 2004) que reestabelece os termos de troca internacional de forma a colocar numa situação inferior aqueles países em desenvolvimento, que permanecem a importar bens de capital com alto valor agregado com limites às políticas protecionistas, haja vista os constrangimentos existentes num mercado global de trocas. Tais fatores seriam responsáveis pela dinâmica econômica global, cujos alguns países sofreriam constrangimentos aos seus crescimentos. Vale salientar que esses fatores exógenos são especificamente ligados às questões sobre crescimento e economia (Romeiro, 2013). Os fatores endógenos seriam específicos de cada nação, considerados por Romeiro (2013) como o investimento no capital humano (educação de longo prazo), instituições governamentais (democracia e burocracia) e recursos físicos disponíveis. Sendo assim, o conjunto de fatores internos (vantagens e constrangimentos) contrabalanceados com as características impostas pelos fatores exógenos garantiria a real situação enfrentada para efetivar o crescimento.

Segundo Penteadó (2011), a principal consequência negativa do economicismo sobre a formação da visão do meio ambiente pode ser avaliada segundo a Figura 1. Que ilustra a relação conflituosa entre economia e meio ambiente, resultando num processo histórico de dualidade e separação. Através da Figura 1 é possível observar o primeiro conflito, em que a economia e as pessoas constituem um subsistema do planeta (representado pelo quadro maior “Meio Ambiente”), Porém, de acordo com a visão econômica a relação ocorre ao contrário, “meio ambiente” ou o planeta é um subsistema da economia. O segundo conflito apresenta a ideia de linearidade da

economia, ou seja, “extraí, produz, consome, descarta, extraí, produz, consome, descarta” (Penteado, 2011).

Figura 1. Sistema geral de relações



Fonte: Penteado (2011)

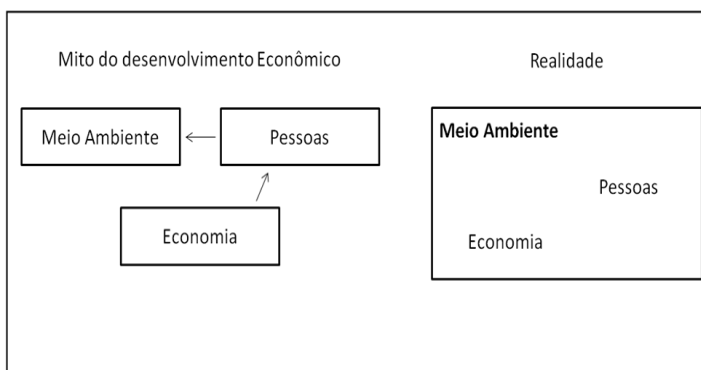
Através da Figura 1 é possível observar o primeiro conflito, em que a economia e as pessoas constituem um subsistema do planeta (representado pelo quadro maior “Meio Ambiente”), Porém, de acordo com a visão econômica a relação ocorre ao contrário, “meio ambiente” ou o planeta é um subsistema da economia. O segundo conflito apresenta a ideia de linearidade da economia, ou seja, “extraí, produz, consome, descarta, extraí, produz, consome, descarta” (Penteado, 2011). O sistema é fechado, portanto, a ideia de descartar ou jogar fora não existe realmente, ou seja, a economia é circular. Sendo assim, o meio ambiente acaba sendo a linha final do descarte, e os efeitos não são computados de forma real na linearidade econômica. O terceiro conflito diz respeito ao sistema econômico ser infinito, ou seja, não haveria limites para o crescimento, quando na realidade o mesmo é finito haja vista a capacidade de resiliência natural dos espaços.

Diante dessa realidade, e considerando que as ideias econômicas ainda fundamentam boa parte das políticas públicas, bem como a disseminação de valores sociais, a degeneração ambiental é uma constante. Por isso a evolução tecnológica é vista como uma (para não dizer única) condição *sine qua non* do crescimento (produção e distribuição) em escala, pela capacidade de se utilizar menos recursos, menos energia e minimizar a poluição gerada.

Segundo Penteado (2011), a relação pode ser representada como na Figura 2, em que a realidade se apresenta como uma relação mais

complexa, em que nossas ações interferem diretamente no meio ambiente e nas pessoas, com *feedbacks* os quais ainda não se possui total controle. Contudo, pode-se adiantar que a visão econômica clássica não responde à realidade atual e as principais implicações são diagnósticos e políticas públicas que norteiam ações futuras sem agir sobre a causa do problema e, permanecem pontuais (Jacobi, 2002).

Figura 2. Comparativo entre os sistemas



Fonte: Penteadó (2011)

Uma segunda visão crítica acerca da visão econômica do meio ambiente é desenvolvida por Veiga (2008) ao retomar uma visão desenvolvida por John Elkington sobre os três pilares do mercado, a saber: Lucro, Pessoas e Planeta (*profit, people, planet*). Este terceiro só foi colocado recentemente como um constrangimento importante capaz de moldar ou modificar o comportamento do mercado. A questão se torna complexa à medida que segundo Veiga (2012), ao pensar as questões ambientais (englobadas dentro do pilar “planeta”) outra questão estaria cada vez mais de lado, a da justiça social.

Portanto, para os autores aqui discutidos, discutir a crise e suas possíveis soluções a partir do paradigma econômico não garante reais avanços sistêmicos à medida que aprofunda uma dualidade homem-meio ambiente. A realidade seria descrita sucintamente como: se pensa os desafios ambientais e se deixa a questão social em seguida ou se pensa as questões sociais, mas isso significaria deixar as questões ambientais em segundo plano. Isso ocorre, porque historicamente os problemas ambientais nos países desenvolvidos só assumiram de fato importância

quando sua questão social relativa à desigualdade de renda estivesse relativamente solucionada, como explica Lago (2006): “A classe média nas sociedades mais ricas, após vinte anos de crescimento ininterrupto, durante os quais haviam sido supridas as suas necessidades básicas nas áreas de saúde, habitação, educação e alimentação, estava pronta a alterar suas prioridades para abraçar novas ideias e comportamentos que alterassem diretamente seu modo de vida” (Lago, 2006: 1).

Logo, o sentido inverso da assertiva, também, se torna verdadeiro. Ao notar que, países ainda em desenvolvimento, focando em políticas e ações de garantia mínima da parte da população, necessidades econômicas e sociais básicas necessidades, não pode levar em consideração a dimensão ambiental do desenvolvimento (Lago, 2006).

Pensar como verdadeira a existência desta dicotomia entre crescimento e meio ambiente reforça uma incongruência real. Isso pode ser observado pelas críticas feitas por Penteadó (2011) à incapacidade da economia poder explicar a complexidade da relação de equilíbrio entre as pessoas, o meio e consequente progresso, nem pelas falácias do crescimento debatidas tanto por Murteira (2010) e Sen (1997) no qual, crescimento não significa desenvolvimento; expansão das liberdades nem efetivação das capacidades. Sendo assim, perseguir o aumento do PIB *per capita* como um fim em si mesmo pelos governos não significa eficiência, ao permanecer a lógica que meio ambiente é uma externalidade negativa, permanecerá o debate pontual (Jacobi, 2002).

A necessidade da multidisciplinaridade para compreender a densidade dessa crise é essencial, como visto até o momento. O mercado é uma das principais questões causais desse processo. Se por um lado suas forças de atuação colocam as cidades expostas a contradições (Kowarick, 1979), o cotidiano é subjetivamente compelido a uma mesma lógica (Lefevbre, 2008) acentuada pela globalização que colocou em disputa nações em busca de um crescimento baseado principalmente na correlação de renda e bem-estar, além dos comportamentos e valores (consumo, moda, estética) sob uma ordem única (Floriani, 2011).

Contudo há o avanço teórico numa terceira via de análise, criando um novo paradigma para relacionar produção espacial e superação da crise – *o desenvolvimento sustentável*, especialmente seu alcance empírico nas políticas públicas.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, A BUSCA DE SUA PRÁTICA PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

A fim de buscar uma solução a situação de crise que as cidades enfrentam por meio de políticas públicas, buscam-se equilibrar o crescimento econômico, garantias sociais e equilíbrio ambiental, ou seja, efetivar o conceito inicial de desenvolvimento sustentável, apesar do amplo debate sobre seu valor como conceito histórico faz-se necessário o estudo de como o pôr em prática no debate político, ou seja, a possibilidade de aplicação. Desta forma, busca-se a seguir uma sistematização das ideias que gravitam em torno do conceito e, por fim, um direcionamento prático ao seu estudo empírico, baseado em três categorias: desenvolvimento territorial sustentável, sustentabilidade administrativa e sustentabilidade política.

Montibeller-Filho (2008) demonstra que o conceito, em essência, não trata de modificar alguns procedimentos pelo qual o mercado opera atualmente, mas, uma mudança civilizatória que abrange questões éticas, culturais e ideológicas, o conceito, segundo Montibeller-Filho (2008) possui uma posição ética fundamental, voltado para as necessidades sociais mais urgentes e dizem respeito à melhoria da qualidade de vida de toda população. Essa mesma ideia compartilha a visão de Guatarri (1990) em que não haverá verdadeira resposta a crise sem *uma autêntica revolução* política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais. Deste modo, mesmo que não conclamando uma luta socialista, observa-se que a ideia do desenvolvimento sustentável, em âmbito teórico, dos valores que busca empreender na realidade, são tão complexos quanto uma luta ao capitalismo, que leva ao título do livro de Montibeller-Filho (2008) “O mito do desenvolvimento sustentável”. Isso porque analisado teoricamente os conceitos de *desenvolvimento* e *sustentabilidade* pouco é possível se concretizar na realidade, haja vista os constrangimentos reais.

Para avançar no aprofundamento teórico, Veiga (2008) propõe a definição separada do que significa desenvolvimento, seus valores e desafios e em seguida sustentabilidade com seus valores, só então pode-se compreender o que desenvolvimento sustentável significa teoricamente.

Sachs (2009) por sua vez, trabalha um conceito anterior de ecodesenvolvimento, que foi sendo associado cada vez mais ao

desenvolvimento sustentável. Atualmente, expõem a complexidade de fatores que seriam essenciais para aplicar-se na realidade ações sustentáveis, conseqüentemente, não existiria o estado de sustentabilidade “perfeito”, mas sim, ações que estariam a ela associadas.

Veiga (2008) observa que, historicamente, os conceitos de desenvolvimento e crescimento sempre estiveram próximos, principalmente, na década de 1960 em que eram usados como sinônimo na comparação entre os graus da industrialização entre nações, quando havia (e ainda há) a separação entre desenvolvidos e subdesenvolvidos (o que na realidade significava o nível de industrialização). Ao falar em desenvolvimento surge *a priori* a matriz de produção, recursos humanos e legado histórico, que não se restringe especificamente ao crescimento do PIB como um fim em si mesmo, mas engloba outras ações capazes de mudanças qualitativas.

Essas mudanças qualitativas que permeiam o desenvolvimento são bem tratadas por Sen (1993) e compiladas por Veiga (2008) quando observam a importância de não se pautar apenas na renda e tratar o conceito de crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Resgatar o valor humano do indivíduo é algo não só urgente como necessário para basear os planejamentos futuros. Salvaguardar o valor subjetivo do indivíduo é algo complexo, e nesse sentido Sen (1993, 1999) demonstra que a economia como ciência não basta para explicar a tudo, uma vez que ela tenta transcrever ideias, vontades em fórmulas que não são capazes de representar a realidade. O desenvolvimento deve ser interpretado como a possibilidade do indivíduo efetivar novas capacidades (de seu interesse) de forma a aumentar as suas liberdades de escolha, por meio de condições mínimas de: educação, meio ambiente equilibrado, comida, casa, família, relações familiares dentre outros.

A ideia de que o desenvolvimento viria como decorrência natural do crescimento econômico graças ao efeito cascata (“*trickle-down-effect*”) se provou uma falácia, o Brasil, por exemplo, passou pela experiência durante as décadas de 1960 e 1970 de crescimentos no PIB justificados pelo “crescer o bolo, para depois dividi-lo” que resultou num aprofundamento das desigualdades sociais em paralelo a um processo de espoliação urbana: “Num mundo de terríveis desigualdades, é um absurdo pretender que os ricos precisem se tornar ainda mais ricos para permitir que os necessitados se tornem um pouco menos necessitados.

Faz se urgente, portanto, a reaproximação entre ética, economia e política” (Veiga, 2008: 80).

A sustentabilidade exige, assim como o desenvolvimento, uma nova postura ética em relação à biodiversidade e ao equilíbrio ambiental, a emergência de um debate político capaz de observar as relações de mercado e sua capacidade destrutiva ao meio ambiente e, o mais difícil segundo Romeiro (2013), a introdução da ideia de limites para o crescimento. Estas ideias seriam o marco inicial para o avanço da sustentabilidade, resguardada sua complexidade. Se as contradições e complexidades de efetivar o desenvolvimento sustentável teoricamente são grandes, Sachs (2009) de forma positiva, defende e sistematiza em nível gradual as mudanças que o mesmo aponta para se atingir o desenvolvimento sustentável. Desta forma, não impede seu uso, mas deixa claro que o conceito é constituído de um espectro de ações, construção conjunta entre sociedade, Estado e mercado, a fim de, gradualmente, alterar o *status* de crise que as cidades e, em especial as metrópoles passam.

Uma vez observado o sentido de desenvolvimento sustentável, pode-se correlaciona-lo ao já discutido na primeira parte deste artigo acerca da crise urbana. Conclui-se que é urgente ir além das forças de mercado como solução para os problemas urbanos, mas, progredir na análise multidisciplinar da questão, que tem no desenvolvimento sustentável um norte, critérios e dimensões (como os sistematizados nos quadros acima). Cria-se, logo, uma linha de análise que permite compreender as múltiplas direções causais para o atual fenômeno.

Como já debatido, a cidade é a escala espacial onde os resultantes dessa crise se materializam e, criam demandas por respostas. Resta aos cidadãos e gestores locais o ônus e a responsabilidade de agir frente um processo que tem origem numa escala global e manutenção local. A cidade, que, por um lado, pôde ser descrita pelo viés normativo legal (Constituição Federal), por outro lado, como resultado de um processo de urbanização, a cidade ganha uma nova dimensão analítica. Sobre a crise urbana ambiental, pôde ser visto que a sustentabilidade é uma saída possível, condição *sine qua non* do bem estar social, porém, para alcançá-la, além de esforços conjuntos no âmbito local, exigiria mudanças maiores que fogem à capacidade de uma única cidade, resta, assim, uma necessidade de cooperação, em prol dos critérios e das

dimensões do ecodesenvolvimento para superar os efeitos nefastos da crise ambiental urbana.

O crescimento desordenado atrelado às forças de mercado, concomitante a um Estado incapaz de regular este processo, tem como resultado um processo de deterioração da qualidade de vida urbana, que afastou a teoria à sua prática.

A cidade, então, como foco de um processo histórico complexo de urbanização, ganha, a partir da teoria, contornos práticos de análise e consequente intervenção. O que leva este trabalho a uma terceira análise. Uma vez tratado, num primeiro momento, o valor institucionalizado de desenvolvimento sustentável, em seguida, o seu valor teórico, resta observar suas ramificações reais e práticas, que se pesem as cidades e a necessidade de uma resposta local às demandas que se acumulam, mas tal resposta precisa estar em consonância com os valores observados de desenvolvimento sustentável. Rumo a uma visão multidisciplinar, capaz de reunir as contribuições anteriores e, fornecer novos fatores a serem considerados, surge um terceiro viés; a aplicabilidade prática do conceito. De fundamental importância, haja vista, a urgência de se avançar na realidade os seus princípios.

SENTIDO PRÁTICO PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Para se observar a sustentabilidade na prática e suas múltiplas formas de avanço nas dimensões do ecodesenvolvimento descrito por Sachs (2009), surge uma primeira observação, trata-se da tripartite de responsabilidade entre Estado, mercado e sociedade. Sendo o Estado e, mais especificamente, o governo, o principal agente indutor de novas mudanças. Para Wahl (2010) as políticas públicas devem ser debatidas desde seu conteúdo até seus fatores éticos e, o Estado deve desempenhar o papel para suas concretizações, de forma que, a agenda, seja elaborada de maneira democrática e colaborativa, reunindo os principais atores diretamente ou indiretamente envolvidos, os chamados, *stakeholders*.

A sustentabilidade, por ser compreendida como um conjunto multidimensional, exige cada vez mais capacidades dos governos se organizarem de forma a responder as demandas. Para Lopes, Sachs e Dowbor (2010) o desafio de superar a crise urbana, passa por uma questão chave: Resgatar a capacidade da gestão pública. Trata-se de

processos graduais de mudança, onde se exige uma introdução de novos modos de operar as políticas públicas, bem como reforçar as boas práticas já modificadas para que se permaneçam. É necessário, desta forma, uma maior: “Participação efetiva do Estado, que com todas as suas fragilidades ainda constitui o melhor instrumento de coordenação de esforços sociais [...] trata-se de um Estado cada vez mais regulador sendo indispensável o resgate da visão sistêmica, da visão de longo prazo, e dos mecanismos de planejamento [...] na realidade, de uma construção de uma outra cultura política” (Lopes; Sachs; Dowbor, 2010: 9).

Até o momento, neste trabalho, pode-se observar a força que o mercado desempenha modulando as relações sociais e seus efeitos no processo urbano, estabelecendo relação direta com a crise ambiental urbana. De tal forma, conhecer e aprofundar as condições do sistema econômico é fator primordial no entendimento da crise, porém, ao avançar na busca por soluções e possíveis ações capazes de mudar o *satus quo*, ainda que gradualmente, surge o Estado, como aquele agente capaz de introduzir novas ações na agenda.

O papel que o mesmo desempenha é tão importante quanto às forças de mercado, ora na manutenção de uma dinâmica, ora modificando-a. Sendo assim, como agente indutor de ações de médio e longo prazo, o governo e as políticas públicas são as respostas para gerar bem estar social e equilíbrio ambiental, almejado em última instância pelo desenvolvimento sustentável.

Como observado, uma agenda de longo prazo é condição para superação da crise e, segundo Sachs (2009): “A história nos pregou uma peça cruel. O desenvolvimento sustentável é, evidentemente, incompatível com o jogo sem restrições das forças do mercado. Esses são por demais míopes para transcender os curtos prazos e cegos para quaisquer considerações que não sejam lucros e eficiência smithiana de alocação de recursos” (Sachs, 2009: 55).

Resta o Estado utilizar-se do planejamento e da implementação de políticas públicas como técnicas, não só para regulação do mercado, mas intervir na realidade da crise que se manifesta nas cidades. Pode se, assim, realizar-se a seguinte pergunta: Como se dá o planejamento local para intervenção na realidade e sua relação com o observado sobre desenvolvimento sustentável? Essa questão se torna mais complexa quando se tem como base a questão metropolitana, em que, reúne municípios em torno de problemas comuns que transpassam as fronteiras

formais. A metrópole, torna-se, logo, a instância espacial que apresenta os maiores desafios para as políticas públicas e planejamento à luz das dimensões da sustentabilidade, devido, segundo Jacobi e Besen (2011), ao seu: “Desenvolvimento urbano acelerado que se verificam déficits na capacidade financeira e administrativa dessas em prover infraestrutura e serviços essenciais como água, saneamento, coleta e destinação adequada do lixo [...] controle e qualidade ambiental para a população” (Jacobi e Besen, 2011: 136).

A ideia de sustentabilidade, ao passar para sua aplicação na realidade, observa-se que tem, nas capacidades institucionais de gestão e planejamento das cidades, seu principal constrangimento.

Para Cidade (2012), a configuração da dualidade entre as questões sociais e ambientais no planejamento ainda é presente. Ainda não se criou uma visão multidisciplinar para solução. Assim, ao tratar das questões sociais, aparentemente mais cristalizada na agenda de governo, deixa-se o outro pilar do desenvolvimento sustentável em segundo plano, as questões ambientais, uma lógica de soma zero. O segundo tema adquire, constantemente, menor importância, salvo em momentos de crise nas administrações públicas onde o caos se instala, como no caso de acúmulo de resíduos por problemas na coleta e esgotamento sanitário ao céu aberto, por exemplo. Acerca de tal dualidade Cidade (2012) afirma: “O conjunto das dimensões social e ambiental da política tem se constituído em um desafio teórico e empírico [...] enquanto a questão social e a política têm estado com frequência, no debate sobre planejamento, a questão ambiental tende a aparecer de forma institucional, setorial ou mesmo secundária” (Cidade, 2012: 137). Portanto, se a variável social do desenvolvimento já vinha sendo trabalhada de forma mais aprofundada pelas políticas públicas, a questão ambiental, conhecida como, agenda verde, só recentemente entra na discussão, demandando novos esforços daqueles que planejam, somado o fator do déficit acumulados pelo atraso.

Segundo o Programa Cidades Sustentáveis - PCS (2012), o planejamento governamental local ganha especial destaque, entendido, inclusive, como variável verde. Necessitando, por outro lado, estar aliado ao desenvolvimento de capacidades criativa nos gestores, a fim de, tornar-se possível, a criação de novas soluções. Tudo isso, todavia, só se consolida se levar em conta, as características locais e endógenas de cada cidade, logo, uma relação dupla, já exposta por Leff (2009), onde, trata-

se de pensar global e agir local, mas também, pensar local e agir global. Neste sentido, a participação da comunidade é fundamental. O Programa ressalta a importância do planejamento técnico, aliado aos processos participativos, em que o conhecimento acumulado sobre gestão pública é socializado e posto à prova diante das necessidades apontadas pela população local (PCS, 2012).

O planejamento, a política pública e especialmente os governos passam a ser os principais fatores de análise. Para Mantovaneli Jr (2001) é preciso desenvolver a capacidade de conciliar agenda marrom, aquela ligada às problemáticas urbanas como: saneamento, infraestrutura, transporte, desemprego, criminalidade (tidos como, históricos problemas urbanos). E agenda verde, que busca compreender a complexidade da relação homem e ambiente, equilíbrio, impactos negativos de uma ação mal planejada, reconhecimento da fauna e da flora (Mantovaneli Jr, 2001).

Sendo assim, compreender a definição de agenda, bem como, os constrangimentos em planejar, é capaz de evidenciar a complexidade enfrentada, hoje, pelas administrações municipais. Partindo-se do pressuposto que a mudança em longo prazo virá da cooperação entre Estado, mercado e sociedade e, que este primeiro agente, é o único capaz de condensar esforços e coordenar ações conjuntas, torna-se fundamental compreender, como hoje, se dá o seu modo de operação.

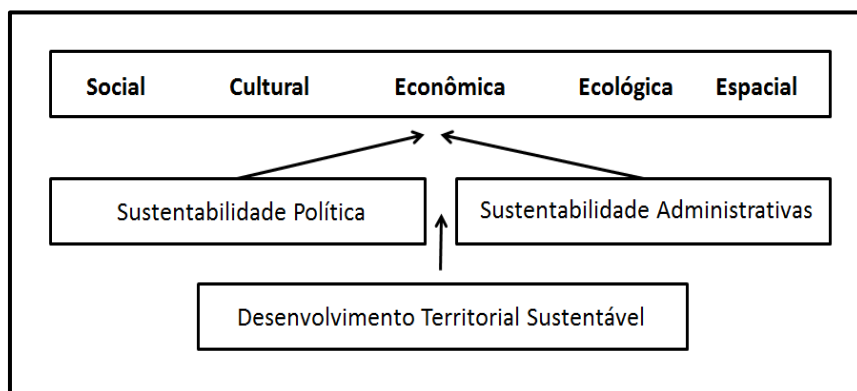
Cabe observar duas categorias analíticas que permite comprovar a importância da variável política e administrativa no avanço da sustentabilidade urbana e, ao enfrentamento da crise ambiental aqui encarada como maior dificuldade contemporânea das cidades. O conceito de *desenvolvimento territorial sustentável* resgata, o que seria os maiores desafios de avançar nas dimensões do ecodesenvolvimento, onde se exige por um lado sustentabilidade política e, por outro, sustentabilidade administrativa (Mantovaneli Jr e Sampaio, 2010).

Estes dois novos conceitos, não excluem os critérios, nem as dimensões da sustentabilidade aprofundadas por Sachs (2009), mas, sobretudo, os utilizam e os aprofundam, selecionando aquilo que se torna o principal fator de mudança, à saber: a variável política, a transparência, o planejamento público e, a capacidade de intervir na realidade, ou seja, de ação.

O desencadeamento de ideias pode ser sistematizado, conforma a Figura 3, que segue logo abaixo. O diagrama pode ser lido como: Para se

atingir o desenvolvimento sustentável, almejado globalmente, parte-se principalmente das ações locais, sendo assim, é um processo que ocorre essencialmente nas cidades. Mesmo que o debate conceitual seja referido em escala global, é diante das conjunturas locais que se torna possível planejar e agir. Sem abrir mão de sua multidimensionalidade, haja vista as cinco dimensões expostas, a capacidade política e administrativa são as principais mediadoras, assim, para se efetivar de forma eficiente as políticas públicas sobre questões sociais, culturais, econômicas, ecológicas e espaciais, primeiro, deve-se observar a variável política e administrativa, uma vez que elas são a base do processo.

Figura 3. Dimensões da Sustentabilidade



Fonte: Elaboração própria com base em Mantovaneli Jr e Sampaio (2010) e Sachs (2009)

Esta conclusão foi observada tanto por Sachs (2009), Gatarri (1990) e, principalmente Leff (2009), ao demonstrar a variável política e cultural como urgentes para o aprofundamento das questões acerca do meio ambiente e da relação homem-natureza.

Mantovaneli Jr (2001), Mantovaneli Jr e Sampaio (2010) no intuito de iluminar a complexidade envolvida sobre a crise urbana aprofundaram o conceito de desenvolvimento territorial sustentável. O mesmo, considera, a necessidade de amplo conhecimento da cultura local, sobretudo, como os cidadãos em seu cotidiano se relacionam com o ambiente; bem como o envolvimento dos cidadãos no planejamento das estratégias públicas, uma vez que, são eles, os que mais conhecem a realidade local.

Há, assim, uma dupla necessidade para avanço da aplicação empírico do debate teórico aqui realizado. A primeira diz respeito à compreensão teórica dos conceitos envolvidos, em paralelo ao conhecimento do campo, onde teoria e prática devem estar associadas. A segunda, trata do teste empírico, de modo a orientar e reorientar a ação local. Exposto isso, o conceito de governança faz-se de extrema utilidade, uma vez que, engloba por extensão “governo, gestão, governabilidade e administração” (Mantovaneli Jr e Sampaio, 2010).

Vale ressaltar que o Programa Cidades Sustentáveis (PCS) também trabalha o conceito de governança ligado às políticas públicas e, atribuindo à gestão municipal, a capacidade indutora das mudanças a partir do aprimoramento de: “alguns instrumentos de gestão, principalmente no que diz respeito à produção e qualidade das informações, fundamentais para o bom planejamento e para o estabelecimento e cumprimento das metas propostas. Por outro lado, uma sociedade bem informada, que percebe a transparência e os esforços da gestão por sua participação, geralmente torna-se uma sociedade comprometida e parceira para alcançar os resultados que levam a melhoria da qualidade de vida e ao bem-estar de todos” (PCS, 2012: 2)

Considera-se dois principais eixos de análise: a “governança” e, a “gestão local”. O primeiro referente aos processos de decisão, ao grau de transparência e grau de participação social. O segundo, diz respeito à qualidade e eficiência das etapas de planejamento, execução e avaliação. Portanto, percebe-se que o desenvolvimento territorial sustentável, analisado em paralelo ao debate sobre sustentabilidade conflui para o mesmo eixo comum.

A sustentabilidade política e a sustentabilidade administrativa apenas categorizam fatores centrais. O primeiro vai ao cerne da complexidade sobre participação, uma vez que, o pressuposto que democracia direta fortalece a política pública, pois mune-a de fatores culturais locais ligados à sociedade civil (Mantovaneli Jr e Sampaio, 2010)

O que se deve ressaltar é como se trabalhar a participação, uma vez que apenas a presença de grupos sociais, ou, conselhos setoriais, não garantem a sustentabilidade como efeito. Logo, o que se observa a partir da sustentabilidade política é, em especial, a medida que determinado processo de formulação, implementação e avaliação de políticas

consegue absorver e conciliar de maneira estratégica a participação e a técnica.

O conceito seguinte, sustentabilidade administrativa, segundo Mantovaneli Jr e Sampaio (2010): “Visa compreender capacidade que os sistemas de gestão possuem para se autotransformarem, atualizarem-se, garantirem uma efetiva busca de alternativas a serem implementadas e constantemente monitoradas” (Mantovaneli Jr e Sampaio, 2010: 147).

Não se foca somente nos resultados finais das políticas, mas considera igualmente importante o processo do qual se decorreu a decisão: “Por conseguinte um processo de gestão ganha maior ou menor sustentabilidade administrativa, conforme seja capaz de institucionalizar, avaliar e ajustar os seus processos à luz das demandas efetivas da sociedade” (Mantovaneli Jr e Sampaio, 2010: 134).

O desenvolvimento territorial sustentável foca, em específico, no papel central que o governo desempenha na construção e, reprodução do espaço. De um lado, envolve a sociedade, ao inserir a população no processo decisório de forma estratégica, permitindo a contribuição daqueles que vivem cotidianamente os problemas urbanos, fortalecendo o *locus* e a valorização da cultura endógena na elaboração de políticas públicas. Por outro lado, ressalta a capacidade institucional para se repensar as ações e os processos de forma a se adaptarem melhor à realidade que se constrói constantemente. Assim, a política e o administrativo, são inseparáveis, sendo elas as que mais influenciam no processo decisório e na ação resultante, podendo, ou não, garantir o desenvolvimento territorial sustentável (Mantovaneli Jr e Sampaio, 2010).

Logo, efetivar na prática as mudanças capazes de superar a crise urbana, descrita pelos termos econômicos, sociais, ambientais e políticos, necessita, *a priori*, das capacidades das instituições governamentais, ou seja, a base de todo este processo estará relacionada às estruturas de governo, da capacidade de planejamento, articulação e absorção por aqueles que decidem dos valores teóricos que compõe este *framework*.

Se o debate acerca do desenvolvimento sustentável é urgente, sua aproximação com a realidade ainda está em operação. Boa parte da mudança que se observou necessária virá a partir da postura do governo local e, dos processos de gestão, que são capazes de resultar em novas políticas públicas. Bem como da gradual adesão social às ideias teoricamente construídas.

Constata-se que, o conceito desenvolvimento sustentável na prática, faz eleger três agentes fundamentais: Estado, mercado e sociedade. Todos possuem corresponsabilidade na solução da crise urbana.

Foi observado que o mercado criou um contexto de total separação em termos de sensibilidade entre o homem e a natureza, sendo o segundo visto como externalidade negativa. Pentecost (2011) demonstrou como essa separação atua na economia, ao construir paradigmas que, não correspondem à realidade ambiental. O consumo e a produção em escala são pressupostos que colocam o meio ambiente em constante vulnerabilidade, considerado que sua capacidade de resiliência não está contida nas ações do mercado.

Em segundo lugar está à sociedade, que, de modo a acompanhar os ciclos do mercado, adentra num processo civilizatório como observou Floriani (2011), em que os valores baseados no mercado criam uma sociedade do consumo que ainda não superou a dualidade entre homem-natureza. Assim, tem no consumo e na conseqüente geração cada vez maior de resíduos sólidos um dos principais sinais do grau dessa dualidade (Abramovay, 2013).

Por fim, o último ente aqui elencado, como aquele de maior responsabilidade em exercer a mudança de *satus quo* é o Estado, mais especificamente, o governo, por meio do planejamento e das políticas públicas implementadas no território.

Assim sendo, realizar um estudo empírico a fim de observar como tais conceitos se comportam numa dinâmica real, é mais do que necessário, uma vez que os constrangimentos locais são condição *sine qua non* dos resultados coletados.

CONCLUSÃO

Pôde se perceber que ao compreender a cidade, deve se considerar ambas as categorias de análise: uma institucional legal, representada pela constituição brasileira de 1988, que caracteriza como ente da federação, portanto, há responsabilidade e deveres. E uma outra caracterização sobre a cidade, que não exclui a primeira, mas soma-se, observa a essência do fenômeno que a forma: a urbanização, assim sendo, busca elencar a

dinâmica complexa sobre as relações sociais, os fatores físicos, o mercado e, político institucional. Capazes de demonstrar a real dimensão da crise bem como a possibilidade de se intervir.

Ambas as visões compõem um *framework* de análise que possibilita buscar explicações mais reais para os fenômenos urbanos. A crise urbana, como observado, é hoje motivo de aprofundamento teórico dada sua urgência, complexidade e, respostas constantemente pontuais incapazes de atingir a raiz do problema.

A crise urbana pode ser observada estritamente pelo viés econômico, como explicado por Brandão (2012), Veiga (2008) e Polanyi (2000). As forças complexas de formação do mercado penetram as relações sociais e apropriam-se do espaço, usando-o para sua manutenção e reprodução.

Esta explicação, amplamente aceita nos aponta para um agente de fundamental importância, o mercado. Contudo, ao considerarmos a cidade e a crise urbana uma questão cada vez mais multidisciplinar e com necessidade de respostas em escala local, o mercado, por si, não explica o atual estado que as cidades se encontram.

O aprofundamento das questões sociais, ambientais, ao considerar novas literaturas, fornece a esta mesma crise novas abordagens que se complementam à visão sobre o papel do mercado. Penteadó (2011), Dowbor et. al (2010) e Sachs (2009) trouxeram novas contribuições à interpretação da crise. As questões ambientais, salvo as suas dimensões simbólicas, cultural, de dualidade entre homem e natureza. Por fim, apresenta, concomitantemente, o papel do planejamento, das políticas públicas e do aprofundamento da democracia para superação da crise ambiental urbana, não excluindo o caráter econômico, mas, englobando a multidisciplinaridade que se constata na realidade.

A ideia do desenvolvimento sustentável, amplamente debatido por Figueiredo e Cruz (2013), PCS (2012), Mantovaneli Jr e Sampaio (2010), Dias (2009), Sachs (2009), Veiga (2008), Montibeller-Filho (2008), Lago (2006) e Mantovaneli (2001) avançaram em suas contribuições a fim de se chegar à uma possibilidade de estudo prático.

O resultado final da análise é que, o conceito surge como resposta multidisciplinar, uma vez observado que, a crise tem causas multidimensionais, sua análise e, conseqüente resposta, irá exigir uma nova abordagem, ou, como dito por alguns autores, um novo paradigma

(Lutzenberger, 2012; Montavaneli-filho, 2008; Guatarri, 1990; Leff, 2005).

Ao constatar os desdobramentos práticos que a discussão acerca do desenvolvimento sustentável suscita, percebe-se uma constante, a eleição de três agentes preponderantes de análise: Estado, mercado e sociedade. Da mesma forma que a discussão inicial sobre a crise urbana, o haviam elencado. Portanto, o pressuposto central é que são esses os agentes fundamentais para análise e, excluir um deles, resultaria numa incompletude.

O segundo fator preponderante, diz respeito ao resultado observado pela análise teórica sobre desenvolvimento territorial sustentável, com duas categorias básicas, a sustentabilidade política e, administrativa, como questões fundamentais na busca de outras dimensões da sustentabilidade. A partir de Mantovaneli (2001) e, Mantovaneli e Sampaio (2010), o Estado, na figura dos governos locais, é o principal agente de mudança e enfrentamento da crise ambiental urbana aqui exposta, levando em consideração os constrangimentos reais para ação sobre uma realidade local, que, não só se torna indispensável como urgente. Essa mesma conclusão sobre o papel do Estado, e mais especificamente do governo é partilhada por outros autores como Sachs (2009), Dowbor et. al (2010) Wahl (2010) e agências como o PCS (2012) e o *Institute Thirdwatch* (2013).

O Estado, por meio de sua agencia planejadora e executora – Governo – possui não só a agenda, como capacidade de planejamento a longo prazo, implementador das políticas públicas e da cooperação visando o bem comum. Assim, os conceitos de sustentabilidade política e sustentabilidade administrativa são chave para compreender como o governo se coloca em vista ao enfrentamento da crise supracitada.

O terceiro fator observado em relação à forma como crise se manifesta, observado por autores como Lutzenberger (2012), Cidade (2012), Jacobi e Bassen (2011), Dias (2009), Leff (2009, 2005), Jacobi (2001) diz respeito à forma de inserção ambiental envolvida. Uma vez constatado seu gradual avanço na agenda local (agenda verde), histórico processo de dualidade entre homem e natureza, por fim, a visão econômica ao reger as políticas ambientais (Penteado, 2011). Tais fatores trouxeram um atenuante que se torna cada vez mais grave, pois, se o Bem Estar Social é o fim de toda ação de enfrentamento a crise urbana, o meio ambiente é fator chave, uma vez que a relação dialética entre espaço,

meio ambiente e reprodução social são inseparáveis. Constatase, assim, que a crise urbana ganha o conceito ambiental, que se torna urgente a ser observado especialmente pelas vias das capacidades do planejamento governamental.

A necessidade de realizar um recorte temático sobre as questões ambientais, ocorre não só pela urgência de se compreender como hoje se dá o planejamento na escala de governo local, mas, especificamente, compreender sua influência sobre a manutenção e incapacidade de superar a crise. Logo, desvendar o *status quo* da gestão sobre as questões ambientais urbanas pode ser capaz de revelar uma peça do quadro geral.

Considera-se, de antemão, que a busca por explicações não podem buscar verdades absolutas, recorrendo em risco de homogeneizar fatores endógenos e locais que são chave para a realidade observada. Segue-se desta forma, a ideia pautada na importância dos fatores locais para compreender a crise que se manifesta localmente, de forma que, não se despreze, contudo, as influências globais no local.

BIBLIOGRAFIA

- Abramovay, R. (2013). *Lixo Zero: gestão de resíduos sólidos para uma sociedade mais próspera*. São Paulo: Planeta Sustentável: Instituto Ethos.
- Brandão, C. (2007). *Território & Desenvolvimento: As múltiplas escalas entre o global e local*. Campinas: Ed Unicamp.
- Brasil (2008). *Constituição [1988]*. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas.
- Campos, N.; Krahl, M. F. L (2006). *Territorialidade: elo entre o espaço rural e o espaço urbano*. In: M. Steinberger (org.). *Território, ambiente e políticas públicas espaciais*. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora.
- Carlos, Ana Fani Alessandri, Souza; Marcelo Lopes De; Sposito, Maria Encarnação Beltrão (ORGS) (2011). *A Produção do Espaço Urbano. Agentes e Processos, Escalas e Desafios*. São Paulo: Contexto.

- Cidade, F. (2012). *Política, Sociedade e Ambiente: Caminhos Entrelaçados na Pesquisa Urbana e Regional*. In: Ribeiro, Ana Clara Torres; Limonad, Ester; Gusmão, Paulo pereira de. (org.) desafios ao planejamento. rio de janeiro: letra capital: anpur.
- Dowbor, L.; Sachs, I.; Lopes, C. (ORG.) (2010) *Riscos e Oportunidades: Em tempos de Mudança*. São Paulo, Editora Paulo Freire.
- Floriani, D. (2011). *Conhecimento, Meio Ambiente & Globalização*. Curitiba: Juruá.
- Guattari, F. (1990). *As três ecologias*. Campinas, SP: Papyrus.
- Harvey, D. (1980). *A justiça social e a cidade*. São Paulo. Hucitec.
- Jacobi, P. R. (2002). O Brasil depois da Rio +10. *Revista do Departamento de geografia*, 15.
- Jacobi, P. R.; Besen, R. G. (2011) Gestão de Resíduos Sólidos em São Paulo: Desafios da Sustentabilidade. *Estudos Avançados* 25 (71).
- Kowarick, L. (1979). *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Lago, ANDRÉ A. C DO (2006). *Estocolmo, Rio, Joanesburgo: O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- Lefebvre, H. (2008). *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- Mantovaneli JR, O., Sampaio, E, Cioce, C. A. (2010). *Governança para o Desenvolvimento Territorial Sustentável*. Revista Brasileira de Ciências Ambientais, Número 18.
- Leff, E. (2005). *Complejidad, racionalidad ambiental y diálogo de saberes*. Ponencia fue presentada en el I Congreso internacional interdisciplinar de participación, animación e intervención socioeducativa, celebrado en Barcelona en noviembre de 2005.
- Leff, E. (2009). “*De la racionalidad económica a la crisis y de allí a las alternativas*” en OSAL (Buenos Aires: CLACSO) Año X, N° 25, abril.
- Lutzenberger, J. (2012). *Principios básicos da agricultura ecológica*. In: Manual de Ecologia: do jardim ao poder (Vol 2). Porto Alegre: L&PM, 104-124.

- Montibeller-filho, G. (2008). *O mito do desenvolvimento sustentável: Meio Ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. Florianópolis: Ed. Da UFSC.
- Moser, C. (1998): “*Reassessing urban poverty reduction strategies: The asset vulnerability framework*” en *World Development*. Washington, The World Bank, Vol. 26, Nº 1, pp. 1-19.
- Murteira, M. (2010). *A Caminho de uma Nova Ordem Econômica?*. In: DOWBOR, LADISLAU; SACHS, IGNACY; LOPES, CARLOS (Org.) *Riscos e Oportunidades: Em tempos de Mudança*. São Paulo, Editora Paulo Freire.
- Sachs, I.; Lopes, C. (Org.) *Riscos e Oportunidades: Em tempos de Mudança*. São Paulo, Editora Paulo Freire.
- Penteado, H. (2011). *O economista que achou o furo da economia, Palestra virtual via tedx Amazônia*. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?V=rffnsp4fa94> >.
- Polanyi, K. (2000). *A grande transformação: As origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus.
- PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS (PCS) (2012). *Metas de Sustentabilidade para os municípios Brasileiros*. Rede Nossa São Paulo, Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis e Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.
- Ribeiro, L. C. (2004). *A metrópole: Entre a coesão e a fragmentação e o conflito*. In Ribeiro, Luiz César (coord.) *Metrópoles*. Rio de Janeiro.
- Romeiro, A. (2013). *Desenvolvimento Sustentável: Uma perspectiva econômico-ecológica*. Palestra proferida no I Encontro de Socioeconomia do Meio Ambiente e Política Ambiental na Universidade do Rio Grande do Norte, nos dias 2, 3 e 4 de dezembro.
- Sachs, I. (2009). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Santos, M. (2006). *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora. Da Universidade de São Paulo.
- Sen, A. (1993). O desenvolvimento como expansão de capacidades. *Lua Nova*, São Paulo, n. 28-29, Abr.
- _____ (1999). *Sobre Ética e Economia*. São Paulo: Companhia das Letras

- Steinberger, M. (2006). *Território, ambiente e política públicas espaciais*. In: Steinberger, Marília (Org). *Território, ambiente e políticas públicas espaciais*.
- Tebaldi, M. (2013). *PROJETO DE LEI Nº 5.721, DE 2013 Relatórios da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável*.
- Veiga, J. E. D. (2008). *Desenvolvimento Sustentável: O desafio do séc. XXI*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Wahl, PETER (2010). *As Múltiplas Crises e o Fracasso Governança Global*. In: Dowbor,